



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 6 **matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 10 de abril de 2012

O ESTADO DE SÃO PAULO	
Dilma cobra de Obama ação contra 'tsunami monetário'	1
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO	
Pimentel quer relação comercial 'equilibrada' com americanos.....	3
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO	
Dilma cobra Obama por valorização de moedas de emergentes	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O GLOBO	
"A Rio+20 pode não ter acordo, mas não será um fracasso".....	6
VEICULAÇÃO NACIONAL	
JUS BRASIL	
Tony Medeiros quer reabertura do escritório da Suframa em Parintins	8
VEICULAÇÃO NACIONAL	
NOTÍCIAS FISCAIS	
ZFM ganha entreposto em Pernambuco	9
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma cobra de Obama ação contra 'tsunami monetário'		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Na Casa Branca, presidente brasileira volta a criticar "políticas monetárias expansionistas", mas isenta China

A presidente Dilma Rousseff cobrou de seu colega americano, Barack Obama, mais responsabilidade para enfrentar a crise econômica mundial e isentou a China das consequências negativas da desvalorização artificial de sua moeda. "Precisamos ter clareza de que a responsabilidade de todos nós, nesse processo de contenção da crise, de retomada, é compartilhada", disse Dilma em entrevista após o encontro na Casa Branca com Obama. Ela voltou a criticar as "políticas monetárias expansionistas", que chamou novamente de "tsunami monetário", e insistiu que a resposta a esse problema exige ação conjunta e imediata. "Os EUA são um país diferente do resto do mundo. Ele emite moeda", disse a presidente, ao afirmar que o caso da China é diferente porque o país asiático atrelou sua moeda ao **dólar**. Em relação ao Irã, Dilma disse ainda ter reafirmado a preferência do **Brasil** pela diplomacia antes de sanções.

Dilma cobra de Obama papel dos EUA no enfrentamento da crise mundial

VERA ROSA / ENVIADA ESPECIAL, DENISE CHRISPIM MARIN, CORRESPONDENTE / WASHINGTON - O Estado de S.Paulo

Na conversa de uma hora e meia com o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, na Casa Branca, a presidente Dilma Rousseff cobrou ontem mais responsabilidade do colega no enfrentamento da crise econômica mundial e isentou a China de todas as consequências pela desvalorização artificial de sua moeda.

"Precisamos ter clareza de que a responsabilidade de todos nós, nesse processo de contenção da crise, de retomada (do crescimento) é compartilhada", afirmou Dilma, em entrevista sem a presença de Obama. "Ninguém pode falar: "Não, eu não tenho responsabilidade, não tenho nada com isso. Não é bem assim."

O tom crítico havia sido adotado ainda na Casa Branca, após a conversa no Salão Oval. "Essas políticas monetárias, solitárias no que se refere às políticas fiscais, levam à valorização das moedas dos países emergentes,

levando ao comprometimento do crescimento dos países emergentes", afirmou Dilma.

Na parte pública do encontro, nenhum dos dois deu sinal de sincero entrosamento. Dilma mostrava-se tensa, com papéis à mão, e desconfortável. Falou à imprensa por cerca de 21 minutos - três vezes o tempo da declaração de Obama. Os jornalistas não puderam fazer perguntas.

"Joãozinho". Só à noite, em entrevista coletiva em que se mostrou mais descontraída, Dilma detalhou a conversa com Obama. A brasileira chegou a usar uma expressão mineira (Joãozinho do passo certo) para dizer que ninguém é dono da verdade e afirmou que o **Brasil** não tem apenas divergências com os EUA. "Não podemos acreditar - principalmente nós, as duas maiores democracias do continente -, que todo mundo é Joãozinho do passo certo. Nós não somos Joãozinho do passo certo, nem do passo errado."

Apesar da ressalva, a presidente disse a Obama que o receituário de ajuste fiscal para economias em crise, e também para as superavitárias, não faz sentido. Foi nesse momento que ela cobrou mais investimentos. "Apostar só em políticas monetárias expansionistas leva a um verdadeiro tsunami monetário", insistiu Dilma, repetindo expressão usada desde o encontro com a chanceler da Alemanha, Angela Merkel, em março.

Diante de Obama, Dilma bateu na tecla de que a resposta à instabilidade provocada pela manipulação cambial exige ação conjunta e imediata. Mas eximiu desse processo a China, parceira do **Brasil** nos Brics, grupo formado também por Rússia, Índia e África do Sul. "Os Estados Unidos é um país diferente do resto do mundo. Ele emite moeda", insistiu Dilma, ao dizer que a contribuição da China é diferente porque o país asiático atrelou sua moeda ao **dólar**.

Em seguida, diante de empresários dos dois países, Dilma foi mais didática ao explicar o efeito das medidas monetárias dos EUA na valorização do real e exercitou seu estilo pragmático. "O governo brasileiro tem tomado e continuará tomando todas as medidas necessárias para neutralizar os efeitos nocivos do afrouxamento monetário dos países desenvolvidos", afirmou, ao encerrar o seminário Parceria para o Século 21, promovido pela Câmara de **Comércio** dos EUA.

Alfinetadas. Mesmo com a cobrança, a presidente afirmou que a conversa a portas fechadas com Obama, seguida de almoço na Casa Branca, foi "muito positiva". Deu, porém, algumas alfinetadas no colega. Disse, por exemplo, que países ricos como os EUA não podem **exportar** a crise. "Somado a isso, outro fator que compromete a retomada do crescimento é a elevação dos preços de petróleo num cenário de restrição da demanda."

A questão do programa nuclear do Irã e o cancelamento da compra de 20 aviões Super Tucano da Embraer pela Força Aérea Americana não foram tratados na conversa com Obama, segundo Dilma. Mesmo assim, ela disse ter manifestado ao colega americano a posição do **Brasil** de defesa dos direitos humanos.

"O **Brasil** defende um mundo de paz, de diálogo, de respeito aos direitos humanos e, de preferência, de gestões diplomáticas antes de qualquer outro tipo de medida", afirmou Dilma.

A brasileira também citou a questão de Cuba na Cúpula das Américas, marcada para o fim de semana, na Colômbia. "Eu disse que não haverá outra Cúpula sem Cuba", contou Dilma. Os jornalistas quiseram saber, então, o que

Obama respondeu. "Nada. Não era uma pergunta. Era uma constatação."

A presidente disse que a conversa não girou em torno da pretensão do **Brasil** de integrar o Conselho de Segurança da ONU. Em março de 2011, quando esteve no Palácio do Planalto, Obama manifestou "apeço" por essa postulação. "Não tivemos discussão formal sobre isso. Manifestamos preocupação sobre Oriente Médio e o Norte da África. O **Brasil** sempre prefere evitar conflitos e sempre acrescentamos responsabilidade ao proteger populações civis", comentou Dilma.

Questionada se os EUA se mostraram mais abertos a esse discurso, Dilma mostrou contrariedade. "Não vou classificar a posição dos Estados Unidos como aberta, fechada ou entreaberta."

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO PIMentel quer relação comercial 'equilibrada' com americanos		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Ministro afirmou que déficit preocupa governo e criticou demora em temas como barreiras sanitárias à carne do País

WASHINGTON - O Estado de S.Paulo

Pouco antes de assinar ontem o memorando de entendimento que reconheceu a cachaça como produto exclusivamente brasileiro, o ministro do **Desenvolvimento**, Fernando Pimentel, disse que o déficit brasileiro na relação com os Estados Unidos preocupa o governo. A balança desfavorável para o Brasil, hoje, atinge US\$ 8,2 bilhões.

"O que nos preocupa é que o déficit brasileiro cresceu desde 2008 e hoje é significativo. O ideal de uma boa relação é que ela não seja superavitária para um país nem para outro. Que seja equilibrada", disse Pimentel.

Segundo ele, o **Brasil** ainda enfrenta dificuldades nas negociações para a eliminação de barreiras sanitárias referentes às carnes bovina e de frango. "Não há nenhuma restrição legal, mas há uma demora muito grande nas decisões de algumas áreas", insistiu. Os problemas com o suco de laranja, segundo o ministro, foram superados, mas "não de forma totalmente satisfatória" para o Brasil. "De qualquer forma, isso não impede o crescimento de nossas **exportações** para os Estados Unidos", comentou ele.

Pimentel minimizou o cancelamento da licitação para fornecimento de 20 aviões Super Tucano, da Embraer, para a Força Aérea americana. "É uma questão pontual, não há nenhuma restrição. Acho que não há problemas maiores", falou o ministro.

Na sua avaliação, a visita da presidente Dilma Rousseff a Washington foi **importante** para "manter o fluxo de negociações e conversas" entre os dois países. "Tem muita carta de intenções e memorando de entendimento, mas é assim mesmo", avaliou o ministro.

Acordos. O ministro Fernando Pimentel e o representante de **comércio** dos EUA, Ron Kirk, assinaram ontem um pacto por meio do qual a cachaça brasileira e o bourbon norte-americano são reconhecidos como "produtos distintos".

Foram assinados, ainda, cinco memorandos de entendimento sobre parcerias em aviação, cooperação descentralizada - que facilita viagens de intercâmbio até entre prefeitos -, segurança alimentar e cooperação ambiental. / V.R. e D.C.M.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma cobra Obama por valorização de moedas de emergentes		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Relações externas

Segundo a presidente, os EUA têm responsabilidade maior em desequilíbrio cambial global

Alex Ribeiro e Leandra Peres* | De Washington

A presidente Dilma Rousseff cobrou ontem o líder americano, Barack Obama, pela valorização das moedas dos países emergentes, causada pela política monetária de países desenvolvidos. Para ela, os Estados Unidos têm uma responsabilidade maior em relação aos desequilíbrios cambiais globais porque o **dólar** é a principal moeda internacional de reserva.

Ontem, Dilma reuniu-se com Obama por uma hora e meia na Casa Branca, discutindo pontos de uma agenda positiva que incluiu um novo acordo na área de aviação, parceria em energias limpas e cooperação em ciência e tecnologia. Num pronunciamento no Salão Oval, Dilma saiu do tom ameno típico desses pronunciamentos e atacou a política monetária de economias avançadas, que, segundo ela, compromete o crescimento dos emergentes. O mundo, afirmou, está diante de uma forma de protecionismo cambial.

Ao lado de Obama, Dilma disse que o problema principal são os países que adotam políticas monetárias expansionistas e que não usam seu espaço fiscal para estimular a economia, apesar de superavitários. Os Estados Unidos não parecem se encaixar nessa descrição porque têm um déficit fiscal projetado em 8% do Produto Interno Bruto (**PIB**) para 2012. Mais tarde, numa entrevista coletiva, Dilma esclareceu que se referia também aos americanos. A diferença é que você emite moeda, afirmou, referindo-se ao papel internacional do **dólar**. Para ela, isso cria uma obrigação a mais dos Estados Unidos perante ao mundo.

A guerra cambial tem sido um tema recorrente nas viagens recentes de Dilma. Ela reclamou do tsunami monetário na Alemanha e voltou a atacar os bancos centrais de países desenvolvidos num encontro dos Brics na

Índia. Ontem, Dilma foi questionada se a China, sempre poupada por ela nessas ocasiões, não seria uma peça **importante** nos desequilíbrios. Acho que é diferente, até porque a China atrelou a sua moeda ao **dólar**, afirmou. A moeda chinesa varia quando o **dólar** varia.

Dilma prometeu reagir à valorização do real. O governo tem tomado e continuará tomando todas as medidas necessárias para neutralizar os efeitos nocivos do afrouxamento monetário que ocorre nos países desenvolvidos, disse, em um evento com empresários no fim da tarde.

No sua declaração ao lado de Obama, Dilma não citou barreiras comerciais aos produtos brasileiros - apenas agradeceu Obama pela derrubada das tarifas de **importação** sobre o etanol. Na entrevista, Dilma indicou que conversou com o presidente Obama sobre o cancelamento da licitação do Departamento de Defesa para a compra de aviões Super Tucano da Embraer -, mas não há novas indicações de solução para a questão. O **Brasil** é o único dos Brics que tem um saldo comercial negativo com os Estados Unidos, afirmou. Não se pode colocar barreiras diante de um volume de **comércio** tão expressivo.

No encerramento do encontro, Obama fez uma declaração de apenas dez minutos, metade do tempo ocupado por Dilma, afirmando que o **Brasil** está se tornando um líder não apenas na região, mas também no mundo. Relatou também ter conversado com Dilma sobre assuntos globais, como a situação no Oriente Médio.

Na entrevista, Dilma disse que a crise nuclear do Irã, ponto de atrito entre **Brasil** e os Estados Unidos no governo Lula, não foi discutida. Dilma relatou ter dito a Obama que o encontro de cúpula da América Latina em Cartagena, na Colômbia, na sexta-feira, deve ser o último sem a participação de Cuba. Na conversa, não foi discutida a pretensão brasileira de ter um assento no Conselho de Segurança da ONU - o comunicado do encontro renova o apreço americano a esse desejo.

Os resultados concretos da visita são o reconhecimento da cachaça brasileira nos Estados Unidos, o que significa que só o produto do **Brasil** poderá ser vendido lá como tal, e alguns acordos e parcerias, sobretudo na área de ciência e tecnologia, dentro do projeto do governo Dilma de levar 100 mil brasileiros a estudar no exterior. Foi anunciado ainda a abertura de dois novos consulados no **Brasil** para processar vistos, em Belo Horizonte e Porto Alegre. (*Especial para o Valor)

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO "A Rio+20 pode não ter acordo, mas não será um fracasso"		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Entrevista / Fritjof Capra

Autor de "O ponto de mutação" faz um alerta: os opositores do desenvolvimento sustentável sustentarão discurso pessimista

Camila Nobrega camila.nobrega@oglobo.com.br
Austriaco de Viena e crítico da cultura americana, embora more há mais de trinta anos nos Estados Unidos, o físico Fritjof Capra, autor do best-seller "O ponto de mutação" e de "O Tao da Física" esteve no Brasil no início do mês, a convite do Santander, para discutir pilares da sustentabilidade. Em entrevista exclusiva ao Razão Social, um dos grandes pensadores sobre o desenvolvimento sustentável foi veemente quando disse não acreditar em possibilidade de acordo entre os líderes na conferência.

E afirmou também que a sociedade civil e as empresas poderão protagonizar um dos mais importantes fóruns sobre o tema, a Rio+20. Mas Capra não virá ao evento. Para ele, o momento é de palestrar e escrever para passar aos jovens o protagonismo nas discussões.

O GLOBO: Poucos líderes confirmaram presença na Rio+20 e a crise econômica está ocupando o protagonismo das discussões mundiais. Frente a isso, o que podemos esperar da Conferência? FRITJOF CAPRA: Infelizmente, não acho que podemos esperar muito da reunião oficial, seria uma ingenuidade ter grandes expectativas, porque nem todos os governantes terão margem para negociar. O grande desafio do planeta são as mudanças climáticas. E as empresas produtoras de combustíveis fósseis têm grande espaço no congresso americano. Elas financiam campanhas de senadores para que eles sequer discutam a legislação climática. Isso faz dos Estados Unidos uma pedra no sapato de um possível acordo climático internacional. O Senado americano está cometendo um crime contra a humanidade, porque milhões de pessoas vão morrer, se não avançarmos na legislação climática.

O GLOBO: O senhor concorda então com a tese de fracasso das negociações climáticas, que vem sendo anunciada? CAPRA: Não. Há também boas notícias. Hoje, os governos não são os únicos a terem assentos no poder. Há também as empresas, Organizações Não Governamentais e

outros representantes da sociedade civil. O Brasil é o único grande país no mundo em que as três esferas colaboram. A Rio+20 será um fórum para sociedade civil, empresas e governos se encontrarem, sentarem à mesa. Pode não haver acordo climático de peso, mas também não podemos ser levados ao discurso do fracasso, porque é isso que queremos os que se opõem ao desenvolvimento sustentável. Será um fórum importantíssimo. Há muitas empresas apostando em grandes mudanças.

Elas estão vendo que reduzir a dependência de combustíveis fósseis não é bom só para a Terra, mas também para os negócios.

Tecnologias renováveis já dão lucro.

Mas estamos num momento-chave.

Ainda precisamos de muitos esforços para que empresários se mexam. Mas os governos ainda estão irrelevantes nessa discussão.

O GLOBO: Como pensar em políticas de sustentabilidade sem os governos? CAPRA: É possível levá-los a se mexer. No Brasil, há muitas ONGs com que colaboro e vi que muitas delas estão no ativismo sério. Vim ao Brasil pela segunda vez em 2003, estive no Fórum Social Mundial e vi no governo pessoas que havia conhecido dez anos antes como ativistas ambientais. Foi o caso de Marina Silva. Vejo que, hoje, há mais espaço no Brasil para a sociedade civil bater na porta do governo.

O GLOBO: Essa questão da transparência e da relação forte com a sociedade civil nem sempre é vista dessa forma por pensadores brasileiros...

CAPRA: Mas, comparando com outros países, há um movimento muito interessante no Brasil. A relação com empresas é tradicional em quase todos os governos, e nem sempre para boas causas. Mas o assento da sociedade civil é mais raro, e isso está acontecendo aqui.

O GLOBO: Mas, mesmo com o movimento de ONGs, no Brasil e no mundo, vinte anos depois da ECO- 92, o desenvolvimento sustentável ainda não está entre as prioridades.

O que falta para a sociedade ter conhecimento da seriedade do tema? CAPRA: Educação. As pessoas não sabem direito o que é sustentabilidade, ficam à mercê de informações contraditórias. As indústrias dominantes, falando principalmente da perspectiva dos Estados Unidos, onde moro, têm uma influência imensa nisso. As multinacionais têm valores muito opostos à sustentabilidade, e divulgam informações deturpadas, ou escondem alguns dados sobre o impacto que causam. Ou seja, não é só um problema educacional, é um problema de valores. Temos que trabalhar nas duas frentes, em mais transparência, e na preparação da sociedade para o questionamento, enfrentamento. Os americanos, por exemplo, estão passando por uma recessão, e elevado desemprego. Nos últimos 20 anos, tem havido uma transferência de renda dos pobres para os ricos. Lá, os 20% mais ricos respondem por 85% da riqueza. E 80% da população, têm apenas 15%.

Ou seja, o Brasil tem que celebrar o sucesso de algumas políticas.

O GLOBO: O senhor se refere às políticas de transferência de renda, como o Bolsa-Família? CAPRA: Exatamente. O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, mas se você olhar os dados históricos, pode perceber que o nível de desigualdade está caindo. Ele pode ser um grande exemplo para o desenvolvimento sustentável. Talvez o maior.

O GLOBO: O Brasil sempre é citado como possível exemplo, mas para o futuro. O que o país precisa fazer para, de fato, buscar o desenvolvimento sustentável? CAPRA: A agricultura, por exemplo, precisa fazer grandes mudanças. O Brasil está baseado na exportação de grãos, em monoculturas. Já se concluiu que esse modelo é insustentável. Uma agricultura orgânica, cultivada por pequenas comunidades e em pequena escala, não é melhor só para fazer bem ao meio ambiente. Ela demanda menos energia, é

mais viável. Com o desafio das mudanças climáticas, é preciso ter um cultivo diverso. As monoculturas não vão sobreviver.

Cerca de 20% do petróleo consumido nos Estados Unidos são usados pela cadeia produtiva da agricultura no modelo do agronegócio.

O GLOBO: Uma de suas principais teses é a de que todos os problemas no mundo hoje estão interconectados. Há como se resolver a crise financeira, sem resolver outras questões no mundo? CAPRA: Não. Não vamos resolver a crise financeira isoladamente. Não podemos resolver o problema da energia isoladamente, o da pobreza, ou da segurança alimentar. Estão todos conectados. E as soluções também precisam ser. A agroecologia, por exemplo, traz várias vantagens em geral. Usa menos energia, ajuda na redução de produção de combustíveis fósseis.

Ajuda também no sistema público de saúde, já que, nos Estados Unidos, diabetes, doenças do coração e 40% dos cânceres estão relacionados com a dieta alimentar.

Por fim, um solo orgânico é rico em carbono e evita a emissão de gases de efeito estufa.

O GLOBO: Há como buscarmos o desenvolvimento sustentável a partir de iniciativas sem haver uma grande transição no capitalismo vigente? CAPRA: Sim, porque o capitalismo existe em diferentes contextos sociais. Alguns exemplos: na Alemanha, nos anos 1950, o capitalismo foi tratado como um milagre econômico. O modelo era de colaboração de sindicatos com empresas, foi chamado de Economia de Mercado Social. No Japão, há também um modelo de cooperação entre as empresas, keiretsu, em vez de competição. Acho que o maior problema hoje é o mercado global que envolve especuladores jogando o tempo todo. Há um grande grupo de especuladores jogando, como num grande cassino. O que está faltando é ética.

	VEÍCULO JUS BRASIL	EDITORIA	
	TÍTULO Tony Medeiros quer reabertura do escritório da <u>Suframa</u> em Parintins		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O deputado estadual Tony Medeiros (PSL) esteve reunido com o Superintendente da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), Thomaz Nogueira, para pedir a reabertura do escritório da autarquia em Parintins (a 369 quilômetros de Manaus). O encontro aconteceu na sede da Assembleia Legislativa do Amazonas (ALEAM), onde o Superintendente da Suframa participou de uma homenagem aos 30 anos da Fucapi.

Tony Medeiros entregou ao Superintendente o relatório que aponta a necessidade de reabertura do escritório as Suframa em território parintinense. Segundo o parlamentar, a falta do escritório obriga as mercadorias vindas do Estado Pará, por via fluvial, a irem até Manaus para serem liberadas pela Superintendência.

"As mercadorias são transportadas em balsas e ficam dias no rio até chegar em Manaus, onde recebem um simples carimbo", afirmou Tony. "É uma burocracia desnecessária que torna os produtos mais caros e atrasa a entrega junto aos comerciantes", acrescentou.

Com a reabertura do escritório em Parintins, as mercadorias que abastecem os municípios da região do Baixo Amazonas não precisam ir até Manaus. "O escritório faz a verificação dos produtos e, se estiver tudo correto, libera as mercadorias para as cidades do Baixo Amazonas e outras regiões", explica Tony Medeiros.

Ao receber o relatório, o Superintendente da Suframa se comprometeu a analisar os documentos e verificar a viabilidade da reabertura do escritório em Parintins.

TEXTO e FOTO: Assessoria do deputado Fonte: Diretoria de Comunicação

	VEÍCULO NOTÍCIAS FISCAIS	EDITORIA	
	TÍTULO ZFM ganha entreposto em Pernambuco		
ORIGEM PRESS-RELEASE DA ASSESSORIA DE IMPRENSA	ENFOQUE POSITIVO	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Fábio Alencar

O Diário Oficial da União desta segunda-feira (9) publicou o Protocolo **ICMS 22**, celebrado entre os governos do **Amazonas** e Pernambuco, que dispõe sobre as operações realizadas por estabelecimentos industriais localizados na **Zona Franca de Manaus (ZFM)** por meio de armazém geral localizado no município de Ipojuca (PE), na Região Metropolitana de Recife.

Na prática, o protocolo cria o primeiro entreposto da **ZFM** no Nordeste, o terceiro do País após Resende (RJ) e Uberlândia (MG). “Com a iniciativa, vamos incrementar nossas

relações comerciais com o Estado do **Amazonas**”, comemora o secretário da Fazenda de Pernambuco, Paulo Câmara.

O protocolo suspende a incidência do **ICMS** nas operações de remessa dos produtos feitos no Polo Industrial de **Manaus (PIM)** para o entreposto em Ipojuca. O imposto só será cobrado na saída do entreposto, ou seja, no momento da venda definitiva do fabricante para o varejo ou atacado, funcionando assim como um armazém da **ZFM**. Caso não haja venda em 180 dias, o imposto será recolhido em favor do **Amazonas**, atualizado monetariamente, considerando a data da saída do seu estabelecimento.